

**Parecer nº 71/97**

Data: 1997.07.24

Processo nº 241

**Requerente:** Direcção Regional de Educação de Lisboa, Ministério da Educação  
DREL

**I - Os Factos:**

1. A Direcção Regional de Educação de Lisboa DREL tem um serviço de seguro escolar, integrado na Divisão da Acção Social Escolar, que cobre os danos sofridos por alunos acidentados, o que implica, em certas situações, a submissão dos mesmos a uma Junta Médica, que necessita dos relatórios médicos existentes em serviços hospitalares onde os sinistrados foram assistidos.
2. O envio das informações contidas nos referidos relatórios sempre se processou dentro do espírito da correcta colaboração interadministrativa, até que o Hospital de Santa Maria, em duas situações concretas, recusou dois relatórios solicitados, invocando que só os próprios doentes podem solicitar os referidos relatórios.

**II - O Direito**

1. Os relatórios, na parte em que contenham dados médicos (nº2 do artigo 8º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto - LADA) não são acessíveis directamente ao próprio doente (mesmo que médico) senão através do clínico assistente ou de outro médico designado para o efeito (nº2 do artigo 8º).
2. E apenas são comunicáveis a terceiros, também só indirectamente, nos mesmos termos atrás descritos (nº 3 do artigo 8º), se estes puderem demonstrar um interesse directo e pessoal nesse acesso (nº2 do artigo 7º da mesma Lei) , e

mesmo assim, desde que obtenham previamente um parecer favorável da CADA (nº3 do artigo 8º e alínea b) do nº4 do mesmo artigo) ou tiverem obtido uma autorização para o efeito (alínea a) do nº 4 do artigo 8º) .

Aplicando o direito descrito aos factos apurados, tira-se o seguinte

**Parecer :**

A CADA é de parecer que:

1. À DREL não assiste qualquer direito de livre acesso aos dossiers médicos dos alunos sujeitos à sua acção social, à base da LADA, única legislação pela qual lhe compete apreciar o conflito surgido entre ela e o HSM.
2. No entanto, nas situações em apreço, as fotocópias dos seus relatórios devem ser comunicadas à Junta Médica que vai apreciar os sinistros dos alunos, nas seguintes condições:
  2. 1. Sem necessidade de parecer prévio da CADA, desde que:
    2. 1. 1. - a referida Junta os solicite directamente,
      - instruindo o seu pedido com um requerimento do aluno, dirigido à direcção do HSM (caso o sinistrado em causa não o tenha já feito directamente, indicando como entidade médica mediadora da informação a Junta ou um dos seus respectivos membros), assinado pelo referido aluno em exame médico ou pelo seu representante legal;

ou

instruindo o referido pedido com uma autorização dada para o efeito à Junta (neste caso, pode ser à própria DREL ou a um dos seus serviços especificados, uma vez que a autorização como manifestação de vontade dispensa o interesse directo do destinatário da informação e nada tem que ver com a intermediação técnica no conhecimento da informação com acesso autorizado a uma dada entidade).

2. 2. - Ou, inexistindo o referido requerimento do aluno, do seu representante legal, ou a autorização destes, a Junta obtenha previamente e anexe um parecer favorável da CADA.

Lisboa, 24 de Julho de 1997

*Fernando Condesso (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Hélio Corvelo de Freitas – José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – João Labescat – Armindo José Girão Cardoso (Presidente)*